

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.650.095 - MT (2020/0011353-6)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**  
**ADVOGADOS : OZANA BAPTISTA GUSMÃO - MT004062**  
**MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - MT003127A**  
**AGRAVADO : PEDRO DOMINGUES ZEQUINI**  
**ADVOGADO : DENISE FERNANDES BERGO - MT009675**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ENERGIA ELÉTRICA - ZONA RURAL - LEITURA PLURIMENSAL - COBRANÇA ABUSIVA - INTERRUPÇÃO NO SERVIÇO - DANO MORAL CONFIGURADO - VALOR INDENIZATÓRIO ADEQUADO - RELAÇÃO CONTRATUAL - CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS - JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ABITRAMENTO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Nos casos de imóvel situado em zona rural é possível a leitura do medidor de forma plurimensal, contudo tal faturamento não pode se dar de forma arbitrária.

Não comprovado pela concessionária o efetivo consumo de energia elétrica pela parte autora que pudesse ocasionar o aumento nas faturas, é o caso de declarar inexigível o débito questionado.

O corte indevido no fornecimento de energia elétrica configura dano moral passível de indenização.

No que toca ao arbitramento dos danos morais, leva-se em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva.

Alega a recorrente, pela alínea "a" do permissivo constitucional, violação do art. 188, I, do CC, sustentando a existência de ato ilícito a embasar condenação por dano

moral, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O Tribunal local IGNOROU o procedimento de leitura a cada ciclo para unidade consumidora RURAL é AUTORIZADO pela ANEEL, pela Resolução número 414/2010, que regula as condições gerais de fornecimento de energia elétrica, bem como as relações entre as concessionárias e seus usuários, conforme dispões o artigo 85 da Resolução.

Restou incontroverso que em ambas as modalidades de medição (por leitura e por média) o usuário recebe mensalmente suas faturas.

Restou demonstrado que o diferencial é que em determinado mês a fatura pode corresponder à aferição por média ou por leitura in loco do medidor.

Incontroverso ainda nos autos, que ante o fato da unidade consumidora do Recorrido estar localizada em ZONA RURAL, o modo de leitura do consumo de energia elétrica da unidade consumidora é diferente das que se encontram localizadas em ZONA URBANA.

Portanto, não se mostra acertada a decisão recorrida, posto que, tem-se por LÍCITA as cobranças perpetradas pela Recorrente, a teor do que dispões o artigo 188, inciso I do Código Civil, não sendo devida a manutenção da condenação imposta à Recorrente a título de danos morais (fls. 504/505).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

A controvérsia está em saber se comporta reforma a r. sentença, a fim de julgar improcedente a ação, ou, alternativamente, reduzir os valores fixados na condenação (R\$6.000,00).

Pois bem. Do exame das faturas juntadas pelo autor, nota-se que se trata de unidade consumidora Classe Rural, na qual a leitura do medidor é feita de forma plurimensal, de modo que nos meses em que não há leitura, a fatura é cobrada pela média de consumo.

Das faturas, constam as seguintes informações:

Mês: 02/2015; venc.: 06/03/2015 – 5.798 kwh - R\$2.191,52. – Origem da Leitura Atual – Média (Id. 9369967 - Pág. 2).

Mês: 01/2015; venc.: 05/02/2015 – 11.059 kwh - R\$4.115,15. – Origem da Leitura Atual – Média (Id. 9369966 - Pág. 6).

Mês: 12/2014; venc.: 04/02/2015 – 16.301 kwh - R\$6.118,54. – Origem da Leitura Atual – CAL (Id. 9369966 - Pág. 4).

Mês: 12/2014; venc.: 14/01/2015 – 58.387 kwh - R\$21.748,46. – Origem da Leitura Atual – Consumidor (Id. 9369456 - Pág. 4).

Mês: 11/2014; venc.: 05/12/2014 – 3.171 kwh - R\$1.334,61. - Origem da Leitura Atual – Média (Id. 9369456 - Pág. 2).

Mês: 10/2014; venc.: 05/11/2014 – 3.171 kwh - R\$1.175,00 - Origem da Leitura Atual – Média (Id. 9369455 - Pág. 6).

Mês: 09/2014; venc.: 14/10/2014 – 1.055 kwh - R\$380,95. - Origem da Leitura Atual – Consumidor (Id. 9369455 - Pág. 5).

Mês: 08/2014; venc.: 09/09/2014 – 11.632 kwh - R\$4.262,26. - Origem da Leitura Atual – CAL. (Id. 9369455 - Pág. 2).

Mês: 07/2014; venc.: 05/08/2014 - 30 kwh - R\$8,70 - - Origem da Leitura Atual – Média (Id. 9369454 - Pág. 5).

Mês: 06/2014; venc.: 04/07/2014 - 30 kwh - R\$8,47 - - Origem da Leitura Atual – Média (Id. 9369454 - Pág. 4).

Sabe-se que a Concessionária pode realizar o cálculo do consumo de energia elétrica a cada ciclo de três meses (ir direto no medidor do consumidor e realizar a leitura) e neste intervalo, neste período de três em três meses, que não se realiza a leitura direta do medidor, as faturas são cobradas por meio da média mensal do usuário. Contudo, tal faturamento não pode se dar de forma arbitrária.

No presente caso, verifica-se que a média de consumo da unidade consumidora do autor, no período de junho/2014 a novembro/2014, era de aproximadamente R\$1.194,99 reais. No entanto, em dezembro de 2014 a requerida emitiu fatura no valor de R\$21.748,16, com alteração para R\$6.118,54, após reclamação do autor.

Ademais, constata-se que nos meses de janeiro e fevereiro/2015 o valor faturado foi de R\$4.115,15 e R\$2.191,52, respectivamente, ou seja, as faturas que foram emitidas após a propositura da ação tiveram os cálculos feitos por estimativa e com a inclusão da fatura de dezembro/2014.

Assim, nota-se que de fato há uma disparidade entre os valores referentes ao consumo de energia elétrica na Unidade Consumidora do requerente.

Todavia, como foi demonstrado pela r. sentença, a concessionária requerida não se desincumbiu do ônus de comprovar o efetivo consumo de energia elétrica pela parte autora que pudesse ocasionar o aumento nas faturas, de maneira que o débito questionado é abusivo (fls. 479/480).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior

# *Superior Tribunal de Justiça*

Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente